



PROJETO DE LEI N°

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de acordo para parcelamento de débitos junto ao FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA – AFIP. -

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SUMARÉ,

Faço saber que a **Câmara Municipal** aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Sumaré a celebrar termo de confissão de dívida e renegociação de débitos junto ao FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA – AFIP, no valor de **R\$ 4.263.154,17 (quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, cento e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos)**, referentes às notas fiscais relacionadas no Anexo Único, relativos aos serviços de exames laboratoriais.

Parágrafo Único - O pagamento do débito será efetuado em 32 (trinta e duas) parcelas mensais fixas, vencendo-se a primeira em 25/05/2026 e as demais no dia 25 de cada mês subsequente.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor em sua publicação.

Município de Sumaré,

**HENRIQUE STEIN SCIASCIO
PREFEITO MUNICIPAL**



ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO ÚNICO

nº	Emissão	Valor
14415	06/05/2025	R\$ 696.818,95
14416	06/05/2025	R\$ 555,24
15256	04/06/2025	R\$ 642,61
15278	04/06/2025	R\$ 639.426,93
15799	03/07/2025	R\$ 705.795,53
15800	03/07/2025	R\$ 427,18
16384	14/08/2025	R\$ 650.715,84
16385	14/08/2025	R\$ 396,60
16749	03/09/2025	R\$ 696.814,66
16750	03/09/2025	R\$ 704,80
17202	06/10/2025	R\$ 721.078,86
17203	06/10/2025	R\$ 735,38
17313	23/10/2025	R\$ 189,22
17314	23/10/2025	R\$ 148.852,37
Total		R\$ 4.263.154,17

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
 (Art. 16 da Lei Complementar 101/00)

 ENTE: Município de Sumaré
 PERÍODO: Exercícios de 2026, 2027 e 2028.

 PMS nº 38199/2026
 Impacto nº 019/2026

I - DO OBJETO

Parcelamento Débitos Notas Fiscais Empresa AFIP -ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA

II - DO MOTIVO

Trata-se de parcelamento de notas fiscais reconhecidas no PMS 38199/2026, no valor total de R\$ 4.263.154,17, em 32 parcelas, sem juros e correção.

Diante o exposto acima, teríamos o valor dos acréscimos, conforme quadro abaixo:

Descrição	Total Débito	nº parcelas	Valores
Saldo Devedor	R\$ 4.263.154,17	32	R\$ 133.223,57
IMPACTO MENSAL			R\$ 133.223,57

III - DO IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO
a) Exercício de 2026:

+ Resultado Financeiro em 31/12/2025	147.916,00
+ Receita Prevista para o exercício de 2026	1.667.771.000,00
Receita Corrente Líquida Projetada para o exercício de 2026	1.203.916.895,16
-Despesa Prevista para o exercício de 2026 (considerando duodécimo)	1.651.093.290,00
= Disponibilidade Financeira Estimada para 2026	16.825.626,00
Acréscimo das Despesas totais com Projeto em 2026	1.065.788,54
Acréscimo Gasto com Pessoal	0,000%
- Impacto Financeiro	0,000%
- Impacto Orçamentário	0,089%
- Impacto Despesa com Pessoal	

b) Exercício de 2027:

+ Resultado Financeiro Previsto para 31/12/2026	16.825.626,00
+ Receita esperada para o exercício de 2027	1.597.255.000,00
Receita Corrente Líquida Projetada para o exercício de 2027	1.288.191.077,82
-Despesa Prevista para o exercício de 2027 (considerando duodécimo)	1.565.309.900,00
= Disponibilidade Financeira Estimada para 2027	48.770.726,00
Acréscimo das Despesas totais com Projeto em 2027	1.598.682,81
Acréscimo Gasto com Pessoal	0,000%
- Impacto Financeiro	0,000%
- Impacto Orçamentário	0,124%
- Impacto Despesa com Pessoal	

c) Exercício de 2028:

+ Resultado Financeiro Previsto para 31/12/2027	48.770.726,00
+ Receita esperada para o exercício de 2028	1.623.904.000,00
Receita Corrente Líquida Projetada para o exercício de 2028	1.352.600.631,71
-Despesa Prevista para o exercício de 2028 (considerando duodécimo)	1.591.425.920,00
= Disponibilidade Financeira Estimada para 2028	81.248.806,00
Acréscimo das Despesas totais com Projeto em 2028	1.598.682,81
Acréscimo Gasto com Pessoal	0,000%
- Impacto Financeiro	0,000%
- Impacto Orçamentário	



ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO
(Art. 16 da Lei Complementar 101/00)

- Impacto Despesa com Pessoal	0,118%
-------------------------------	--------

IV - DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS

Para fins de estimativa, foi considerada a proposta apresentada pela empresa.
Para os exercícios de 2027 e 2028 foi considerado a receita prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária vigente.

Sumaré, 04 de maio de 2026.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/05/2026 11:15:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p84a9674a8ff9b>



Assinado por WILLIAN
ANDERSON DA COSTA NUNES
BARRETO - Outros Economista
Municipal 333.926.858-44 em
04/05/2026 11:15:18
Assinatura digital avançada.